



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

103

01

Sétima Câmara Cível

Agravo Regimental Nº: 0202.302-1/01 - Recife

Agravante(s): Igo Bruno da Silva

José da Silva Farias

Ivan Diego Burgos de Oliveira

Jairo Santana de Oliveira

Giovanne José dos Santos

João Paulo dos Santos Cavalcante

Agravado(s): Estado de Pernambuco

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

5532

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA MILITAR. EXAMINADORES ATUANDO CONCOMITANTEMENTE COMO EXAMINADOS. INDÍCIOS DE COMPROMETIMENTO DA ISENÇÃO DO CERTAME. CONCLUSÃO VEDADA A ESTE JUÍZO. QUESTÃO ALHEIA AOS CONTORNOS DO PLEITO DEDUZIDO NA AÇÃO ORIGINÁRIA. DECLARAÇÃO ISOLADA DA NULIDADE DOS ATOS DE EXCLUSÃO DOS AGRAVANTES. PERPETUAÇÃO DA ILEGALIDADE. REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Versa a lide em apreço acerca de avaliação física em concurso público para ingresso no Curso de Formação da Polícia Militar do Estado de Pernambuco. Da análise da prova produzida nos autos exsurge indícios de que as pessoas de Josivan Prazeres de Albuquerque e José Ricardo Araújo da Silva efetivamente atuaram, concomitantemente, como avaliadores e avaliados no concurso público em tela.

2. Da literalidade dos depoimentos prestados em audiência de instrução, havida nos autos da Ação Ordinária nº 001.2008.009537-7 (fls. 63/68), infere-se que, convocados pelo Major da PMPE Carlos Augusto Lins de Azevedo, Josivan Prazeres de Albuquerque e José Ricardo Araújo da Silva, então agentes temporários de segurança, lotados no centro de educação física da PMPE e subordinados ao referido Major, auxiliaram na aplicação dos exames físicos do concurso para ingresso na Polícia Militar no ano de 2006, mesmo certame para o qual concorreram.

3. Deflui do exame da ata da citada audiência, ademais, que Josivan Prazeres de Albuquerque, após ser avaliado fisicamente pelo próprio Major que o convocara a participar como auxiliar no concurso, foi aprovado nas sucessivas etapas, nomeado e empossado no cargo de Policial Militar, o qual ocupa até a presente data, tendo José Ricardo Araújo da Silva, após ser considerado apto no exame físico, igualmente aplicado pelo Major Azevedo, sido reprovado no exame psicológico e excluído do certame.

5. Não obstante a prova em apreço seja emprestada e reste pendente de resolução a análise acerca da natureza e extensão do auxílio prestado pelos senhores Josivan Prazeres de Albuquerque e José Ricardo Araújo da Silva aos aplicadores da prova física em comento, supõe-se o comprometimento da isenção do certame, conclusão esta, contudo, vedada a esta Relatoria, porquanto alheia aos contornos do pedido deduzido pelos ora agravantes na exordial da ação originária.



104

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

6. Cumpre notar que, ao ajuizarem a ação (fls. 36/47 dos autos em apenso) os ora agravantes requereram, *in verbis*: "(...) b) A concessão da liminar *inaudita altera pars*, suspendendo temporariamente o ato administrativo que eliminou os autores, autorizando-os a participarem do **Curso de Formação de Soldados, com início em 05.10.2009 conforme Edital 21/2009**, remetendo **Ofício ao Comando Geral da Polícia Militar de Pernambuco**, sito a Praça do Derby, Bairro Derby, S/N, Recife-PE, para recebimento dos documentos para a investigação social e matrícula no curso de formação com a reposição das aulas, enquanto é agendado novo exame físico, psicológico e saúde, e, **OBTENDO ÊXITO** sejam: NOMEADOS, EMPOSSADOS, PROMOVIDOS AO CARGO AO QUAL CONCORRERAM, enfim, sejam praticados todos os atos administrativos pertinentes à espécie; e, em caso de perda das aulas, vez que pode ocorrer seu início antes do recebimento do decisum favorável, sejam repostas todas as disciplinas já ministradas aos candidatos sub judice para que acompanhem a nova turma até seu término; c) como pedido alternativo, que as demandadas designem nova data, para realização do **EXAME DE APTIDÃO FÍSICA**, e, em sendo aprovado, se submetam às demais etapas do certame, quais sejam, exame psicológico, saúde e investigação social, e, **CASO APROVADOS** em todas as etapas, seja **oficiado o Comando Geral da Polícia Militar de Pernambuco**, sito a Praça do Derby, Bairro Derby, S/N, Recife-PE, para que recebam os documentos necessários a serem entregues pelos autores para a imediata matrícula no curso de formação e, **OBTENDO ÊXITO** sejam: NOMEADOS, EMPOSSADOS, PROMOVIDOS AO CARGO AO QUAL CONCORRERAM, enfim, sejam praticados todos os atos administrativos pertinentes à espécie; (...) f) Ao final, **EM SEDE MERITÓRIA, REQUER** seja definitivamente julgada procedente a ação com a conseqüente nulidade do ato que **eliminou os autores do certame conforme já demonstrado**, determinando **INCONTINENTI** que os autores prossigam nas demais etapas do certame a serem realizadas de acordo com as especificações do edital; quais sejam, exame físico, psicológico, saúde e investigação social, vez que designada data para realização do exame físico conforme restou demonstrado e ainda que efetuem, em obtendo êxito em todas as etapas, a matrícula no curso de formação Profissional a ser realizado no CEFAP em igualdade de condições com os demais candidatos, para ao final, se obtiverem aprovação no referido curso, **SEREM NOMEADOS, EMPOSSADOS E PROMOVIDOS AO CARGO AO QUAL CONCORRERAM**, enfim, sejam praticados todos os atos administrativos pertinentes à espécie; (...)."

7. A ação originária não se presta à declaração da nulidade do certame, mas à declaração da nulidade do ato administrativo que cominou na eliminação dos autores, ora agravantes, do concurso, consistindo o pleito antecipatório de tutela na garantia da permanência dos demandantes no certame, mediante matrícula no curso de formação, em decorrência da suspensão do resultado dos respectivos exames físicos.

8. Das razões de fato e de direito deduzidas pelos agravantes não decorre logicamente o pedido, porquanto o comprometimento da isenção do teste físico do processo seletivo em consideração não implica na mera declaração de nulidade de alguns atos administrativos isolados, nem tampouco autoriza a matrícula no curso de formação dos candidatos a que tais atos se referem, tendo em vista que tal vício macula o concurso como um todo. Frise-se que firmar conclusão nos moldes pretendidos pelos ora agravantes implica perpetuar e não sanar a ilegalidade que se quer afastar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

9. Não restou demonstrado se a exclusão dos agravantes do certame se deu em virtude da má condução na aplicação do exame físico ou da efetiva inaptidão por ausência de condicionamento, sendo certo que não foi produzida nenhuma prova hábil a formar o convencimento deste Juízo no sentido da razoabilidade da suspensão do ato administrativo que declarou a inaptidão que se pretende rechaçar.

10. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

01

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 0202.302-1/01, da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, Igo Bruno da Silva e outros e, como agravado, o Estado de Pernambuco, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao Agravo Regimental em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 07 de fevereiro de 2010.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

106

01

Sétima Câmara Cível
Agravo Regimental Nº: 0202.302-1/01 - Recife
Agravante(s): Igo Bruno da Silva
José da Silva Farias
Ivan Diego Burgos de Oliveira
Jairo Santana de Oliveira
Giovanni José dos Santos
João Paulo dos Santos Cavalcante
Agravado(s): Estado de Pernambuco
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO:

Cuida-se de agravo regimental interposto por Igo Bruno da Silva e outros em face do Estado de Pernambuco, impugnando decisão interlocutória proferida pela Relatoria substituta nos autos do Agravo de Instrumento nº 0202.302-1, em apenso.

Agravo tempestivamente interposto.

A decisão questionada (fls. 125/129 dos autos em apenso) deferiu o efeito suspensivo requerido no agravo de instrumento.

O agravo de instrumento em apenso foi interposto pelo ora agravado com o fito de rechaçar decisão interlocutória (fls. 116/117 dos autos em apenso) da lavra do MM. Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, Dr. Évio Marques da Silva, prolatada nos autos da Ação Ordinária nº 001.2009.141236-7, que deferiu pleito liminar, determinando ao Estado de Pernambuco que designasse nova data para submissão dos ora agravados a exame de aptidão física e, acaso nele aprovados, autorizasse a sua permanência no certame, submetendo-os às sucessivas fases e, em caso de êxito, procedesse às suas matrículas no Curso de Formação para ingresso na Polícia Militar do Estado de Pernambuco, nomeações e posses nos cargos para o qual concorreram.

Assevera que a condução do concurso para provimento do cargo de soldado da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco do ano de 2006 deu-se sem a observância das formalidades indispensáveis à sua seriedade e normalidade, porquanto duas das pessoas responsáveis pelas avaliações físicas, Josivan Prazeres de Albuquerque e José Ricardo Araújo da Silva, à época guardas especiais lotados no centro de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01
educação física da PMPE, foram, igualmente, candidatos no certame, o que comprometeria a isenção do procedimento.

Alegam, ainda, que, em audiência de instrução ao processo 001.2008.009537-3, ocorrida em 09 de setembro de 2009, restou evidenciado que referidas pessoas atuaram, simultaneamente, como avaliados e avaliadores, mediante remuneração, no concurso em apreço.

Aduzem que, para além da citada irregularidade, o concurso em tela violou a Lei nº 9.696/98, porquanto os avaliadores Josivan Prazeres de Albuquerque e José Ricardo Araújo da Silva, malgrado responsáveis pela aplicação de testes físicos, não possuem habilitação em educação física.

Afirmam que a admissão da prova emprestada decorre da aplicação dos princípios da economia processual e da unidade da jurisdição, almejando a máxima efetividade do direito material com mínimo emprego de atividades processuais.

Pugnam pela retratação da decisão Impugnada, com o conseqüente retorno do *status quo ante*, ratificando a tutela antecipada deferida pelo Magistrado de 1º Grau, e, acaso esta Relatoria assim não entenda, submeta o presente processo a julgamento perante a competente Câmara, para que o mesmo seja provido e reformado o *decisum* recorrido.

É o que de relevante se tem a relatar.

VOTO:

A decisão agravada foi acostada às fls. 125/129 dos autos em apenso.

Mantenho a mesma persuasão que serviu de esteio ao Relator substituto ao proferir a decisão recorrida.

Versa a lide em apreço acerca de avaliação física em concurso público para ingresso no Curso de Formação da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

Da análise da prova produzida nos autos exsurge indícios de que as pessoas de Josivan Prazeres de Albuquerque e José Ricardo Araújo da Silva efetivamente atuaram, concomitantemente, como avaliadores e avaliados no concurso público em tela.

De fato, da literalidade dos depoimentos prestados em audiência de instrução havida nos autos da Ação Ordinária nº 001.2008.009537-7 (fls. 80/85), infere-se que, convocados pelo Major da PMPE Carlos Augusto Lins de



23
107

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Azevedo, Josivan Prazeres de Albuquerque e José Ricardo Araújo da Silva, então agentes temporários de segurança, lotados no centro de educação física da PMPE e subordinados ao referido Major, auxiliaram na aplicação dos exames físicos do concurso para ingresso na Polícia Militar no ano de 2006, mesmo certame para o qual concorreram.

Deflui do exame da ata da citada audiência, ademais, que Josivan Prazeres de Albuquerque, após ser avaliado fisicamente pelo próprio Major que o convocara a participar como auxiliar no concurso, foi aprovado nas sucessivas etapas, nomeado e empossado no cargo de Policial Militar, o qual ocupa até a presente data, tendo José Ricardo Araújo da Silva, após ser considerado apto no exame físico, igualmente aplicado pelo Major Azevedo, sido reprovado no exame psicológico e excluído do certame.

Não obstante a prova em apreço seja emprestada e reste pendente de resolução a análise acerca da natureza e extensão do auxílio prestado pelos senhores Josivan Prazeres de Albuquerque e José Ricardo Araújo da Silva aos aplicadores da prova física em comento, supõe-se o comprometimento da isenção do certame, conclusão esta, contudo, vedada a esta Relatoria, porquanto alheia aos contornos do pedido deduzido pelos ora agravantes na exordial da ação originária.

Cumprе notar que, ao ajuizarem a ação (fls. 36/47 dos autos em apenso) os ora agravantes requereram, *in verbis*:

"(...)

b) A concessão da liminar inaudita altera pars, suspendendo temporariamente o ato administrativo que eliminou os autores, autorizando-os a participarem do **Curso de Formação de Soldados, com início em 05.10.2009 conforme Edital 21/2009**, remetendo **Ofício ao Comando Geral da Polícia Militar de Pernambuco**, sito a Praça do Derby, Bairro Derby, S/N, Recife-PE, para recebimento dos documentos para a investigação social e matrícula no curso de formação com a reposição das aulas, enquanto é agendado novo exame físico, psicológico e saúde, e, **OBTENDO ÊXITO sejam: NOMEADOS, EMPOSSADOS, PROMOVIDOS AO CARGO AO QUAL CONCORRERAM**, enfim, sejam praticados todos os atos administrativos pertinentes à espécie; e, em caso de perda das aulas, vez que pode ocorrer seu início antes do recebimento do decisum favorável, sejam repostas todas as disciplinas já ministradas aos candidatos sub judice para que acompanhem a nova turma até seu término;

c) como pedido alternativo, que as demandadas designem nova data, para realização do **EXAME DE APTIDÃO FÍSICA**, e, em sendo aprovado, se submetam às demais etapas do certame, quais sejam, exame psicológico, saúde e investigação social, e, **CASO APROVADOS** em todas as etapas, seja **oficiado o Comando Geral da Polícia Militar de Pernambuco**, sito a Praça do Derby, Bairro



24
109

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

01

Derby, S/N, Recife-PE, para que recebam os documentos necessários a serem entregues pelos autores para a imediata matrícula no curso de formação e, OBTENDO ÊXITO sejam: NOMEADOS, EMPOSSADOS, PROMOVIDOS AO CARGO AO QUAL CONCORRERAM, enfim, sejam praticados todos os atos administrativos pertinentes à espécie;

(...)

*f) Ao final, EM SEDE MERITÓRIA, REQUER seja definitivamente julgada procedente a ação com a conseqüente nulidade do ato que **eliminou os autores do certame conforme já demonstrado**, determinando INCONTINENTI que os autores prossigam nas demais etapas do certame a serem realizadas de acordo com as especificações do edital; quais sejam, exame físico, psicológico, saúde e investigação social, vez que designada data para realização do exame físico conforme restou demonstrado e ainda que efetuem, em obtendo êxito em todas as etapas, a matrícula no curso de formação Profissional a ser realizado no CEFAP em igualdade de condições com os demais candidatos, para ao final, se obtiverem aprovação no referido curso, SEREM NOMEADOS, EMPOSSADOS E PROMOVIDOS AO CARGO AO QUAL CONCORRERAM, enfim, sejam praticados todos os atos administrativos pertinentes à espécie; (...)."*

Ora, a ação originária não se presta à declaração da nulidade do certame, mas à declaração da nulidade do ato administrativo que cominou na eliminação dos autores, ora agravantes, do concurso, consistindo o pleito antecipatório de tutela na garantia da permanência dos demandantes no certame, mediante matrícula no curso de formação, em decorrência da suspensão do resultado dos respectivos exames físicos.

Ocorre que, das razões de fato e de direito deduzidas pelos agravantes não decorre logicamente o pedido, porquanto o comprometimento da isenção do teste físico do processo seletivo em consideração não implica na mera declaração de nulidade de alguns atos administrativos isolados, nem tampouco autoriza a matrícula no curso de formação dos candidatos a que tais atos se referem, tendo em vista que tal vício macula o concurso como um todo.

Frise-se que firmar conclusão nos moldes pretendidos pelos ora agravantes implica perpetuar e não sanar a ilegalidade que se quer afastar.

Outrossim, não restou demonstrado se a exclusão dos agravantes do certame se deu em virtude da má condução na aplicação do exame físico ou da efetiva inaptidão por ausência de condicionamento (fls. 73/78 dos autos em apenso), sendo certo que não foi produzida nenhuma prova hábil a formar o convencimento deste Juízo no sentido da razoabilidade da suspensão do ato administrativo que declarou a inaptidão que se pretende rechaçar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente agravo regimental, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida. 01

Recife, 02 de fevereiro de 2010.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator Substituto